

RELAÇÕES SEMIÓTICAS NA FILOSOFIA PEIRCEANA: FENÔMENO, SIGNO E COGNIÇÃO

THIEN SPINELLI FERRAZ

RESUMO: Neste artigo buscaremos compreender como a filosofia desenvolvida por C. S. Peirce (1838-1914) concebe relações entre noções como fenômeno, signo e cognição. Inicialmente, discutiremos a Fenomenologia peirceana como o campo de experiência e conhecimento pelo qual o pensamento filosófico se inicia. Então, procuraremos compreender as correlações fenomenológicas entre qualidade, relação e mediação. Posteriormente, veremos como Peirce concebe a natureza das instâncias semióticas constituintes do signo e de sua ação (a semiose) na experiência. Por fim, considerando a interdependência entre fenomenologia e semiótica, abordaremos a perspectiva peirceana sobre o papel da cognição e do signo na constituição da experiência mental.

PALAVRAS-CHAVE: Fenômeno. Signo. Cognição.

ABSTRACT: In this paper we seek to understand how the philosophy developed for C. S. Peirce (1838-1914), conceives relations between notions as phenomenon, sign and cognition. Initially, we will argue the peircean phenomenology has the field of experience and knowledge for which the philosophical thought if initiates. Then, we will look for to understand the phenomenological correlations between quality, relation and mediation. Later, we will see as Peirce conceives the nature of the semiotics instances that compose the sign and its action (the semiosis) in the experience. Finally, considering the interdependence between phenomenology and semiotics, we will approach the peircean perspective about the paper of the cognition and the sign in the constitution of the mental experience.

KEYWORDS: Phenomenon. Sign. Cognition.

1. Fenomenologia e experiência: qualidade, relação e mediação em movimento

O que é a experiência sobre a qual se baseia a filosofia? Para qualquer uma das ciências especiais, experiência é aquilo que diretamente é revelado pela arte observacional daquela ciência. Isto está conectado ao conhecimento já possuído e derivado de outro modo, recebendo, assim, uma interpretação ou teoria. Mas em filosofia não existe uma arte observacional especial, e não existe conhecimento adquirido anteriormente à luz do qual a experiência é interpretada. A interpretação em si mesma é

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, mestrado em Filosofia (Área de Concentração: Filosofia da Mente, epistemologia e lógica), do Centro de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, sob orientação do Profa. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez; thienfess@yahoo.com.br.

experiência (...). Em filosofia, experiência é o inteiro resultado cognitivo do viver.²

As argumentações de C. S. Peirce (1838-1914) parecem propor que a filosofia é uma atividade de conhecimento onde não há um conjunto de verdades prévias, condutoras do modo pelo qual devam ser observados e interpretados os fenômenos que, sob diferentes intensidades, aparecem à experiência. Não existindo em filosofia uma ‘arte observacional especial’ e ‘conhecimento à luz do qual a experiência é interpretada’, a interpretação pode ser considerada experiência no sentido em que ela também esta sujeita a se transformar frente a novos fatos.

Diferente de uma perspectiva hermenêutica radical, para a qual viver seria sinônimo de interpretar, na ótica do Pragmatismo (CP. 5.1-13) a interpretação não é o resultado final e absoluto da experiência, mas sim uma atualização de signos e significados gerados na falível atividade cognitiva de organismos viventes. Assim, como ‘inteiro resultado cognitivo do viver’, a experiência abarcaria atividades e resultados interpretativos sem a eles se restringir.

Problematizando a relevância da experiência filosófica e científica na estruturação de seu Pragmatismo e de sua Semiótica, por volta de 1900 Peirce chega a uma classificação geral das ciências na forma de um diagrama composto por: ciências da descoberta 1, da revisão 2 e práticas 3. (CP. 1.181). Disposta diagramaticamente sua organização disciplinar busca expressar que o significado de cada ciência é gerado na rede de relações constituída com as demais, refutando, assim, uma classificação estática entre investigações que não possam transformar suas técnicas e conhecimentos em dinâmicas de expansão e crescimento.

² Como convencionado nos trabalhos sobre Peirce, utilizaremos a referência CP. para sua obra *Collected Papers* aqui citada, sendo o primeiro número referente ao livro e o segundo ao parágrafo.



Figura 1 - Esta figura é uma adaptação do diagrama das disciplinas apresentado por Peires. Disponível em: (www.unopar.br/.../artigos/3charles/3charles.html). <Acessado em: 9/02/2009>.

Conforme o entendimento desta classificação encontrado em Santaella (2005a), Silveira (2000), Ibrí (1992) e Jorge (2006), enquanto ciências da descoberta 1, a Matemática 1.1, a Filosofia 1.2 e as Ciências Especiais (ou Idioscopia) 1.3, teriam papéis fundamentais na abordagem de espécies de questões nas quais pudessem estar presentes domínios de atividade e experiência. Estando voltadas à investigação de verdades a partir das mais abstratas questões e respostas, as ciências da descoberta seriam assim classificadas em razão de suas habilidades de observação, abstração e criação

de hipóteses para a pesquisa – cabendo às ciências menos abstratas diferentes aplicações e expressões de suas possíveis descobertas ³.

Por ora focaremos nossa abordagem no fato de que o diagrama de Peirce faz derivar na Filosofia 1.2, a Fenomenologia 1.2.1 como primeiro ramo da investigação. Para ele, a Fenomenologia, ou Faneroscopia, é um campo de conhecimento que lida com a experimentação de toda e qualquer característica manifesta no fenômeno, o *faneron*, isto é, tudo aquilo que sob diferentes intensidades se faça presente na mente. “(...) por *faneron* eu entendo o total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente, sem qualquer consideração se isto corresponde a qualquer coisa real ou não.” (CP. 1.284)⁴

Como reconhecimento de formas de avaliação das características que aparecem instanciadas nos fenômenos sob diferentes intensidades, Peirce (CP.1.286) entende que a experiência pode apropriar o que a disciplina Lógica oferece como o recurso da generalização e da categorização, ou seja, do estabelecimento de uma classe, ou tipo de características assumidas como recorrentes em determinado evento. Assim, fundada na valoração dos modos de aparência fenomenológica, a categoria é uma forma de abstração de certas condições gerais de ocorrência de eventos para a experiência.

Insatisfeito com as categorias aristotélicas, consideradas mais gramaticais do que lógicas, também insatisfeito com as categorias kantianas e hegelianas (Santaella 1983^a: 28-31; 1992: 71-75), por dois anos, Peirce dedicou-se intensiva e ininterruptamente à elaboração de sua doutrina das categorias,

³ Somente a matemática não necessita de nenhuma outra ciência em razão de trabalhar com conclusões exatas a respeito de premissas que podem ser puramente hipotéticas e desvinculadas da experiência. Por outro lado, é na filosofia que se fundamentam investigações que envolvam necessariamente a experiência e, portanto, premissas e conclusões que não devem ser puramente hipotéticas (Santaella: 2005a: 34). Vale dizer que o livro 2 que compõe os CP. 1, especialmente do parágrafo 180 ao 202, é dedicado à discussão da singularidade de cada ciência e das relações interdisciplinares por elas desenvolvidas.

⁴ Já aqui devemos salientar que Peirce não se refere à mente somente em seu sentido psicológico clássico, como o espaço unificado de consciência de um sujeito. Em Peirce a mente será concebida como uma instância de experiência capaz de desenvolver hábitos inteligentes, como o da mediação e generalização. É neste sentido que o que pode estar presente na mente não necessita ser real, já que para Peirce existem fundamentais diferenças entre a realidade e a existência hábito.

chegando ao resultado de que só há três elementos formais e universais, quer dizer, onipresentes em todo e qualquer fenômeno, elementos que foram primeiramente chamados de 'qualidade, relação e representação'. (Santaella: 2005:32)

Conforme a explanação de Santaella, em razão de críticas e discordâncias em relação à concepção de categoria trabalhada por alguns pensadores da filosofia ocidental, Peirce propõe a existência de três elementos formais e universais presentes na aparição do fenômeno: qualidade, relação e representação (CP.1.557). Para ele, estes elementos estão presentes nas categorias da experiência fenomenológica na medida em que são generalizados para quaisquer fenômenos, sem que com isto precisem determinar as ocorrências particulares deles no mundo, isto é, suas manifestações como signos.

De acordo com Ibri (1992), Peirce não concebe as categorias à maneira de I. Kant (1724-1804), como “categorias puras” de representações *a priori* necessariamente idênticas as suas presenças na experiência com sensações e juízos. No universo da Fenomenologia de Peirce a concepção de categoria: “(...) restringe-se a modos de ser das aparências, enquanto para Aristóteles, Kant e Hegel este conceito é propriamente utilizado no interior de suas respectivas Lógicas.” (Ibri: *ibidem*: 21).

Em razão da gênese fenomenológica das categorias peirceanas elas não devem ser entendidas como registros daquilo que os fenômenos são ontologicamente, isto é, em seus teores de realidade e verdade⁵. (CP. 8.194). De outro modo, as categorias buscam expressar conceitos simples, amplos e abrangentes ao ponto de poderem aparecer em qualquer fenômeno de possível observação e experimentação.

Neste sentido, enquanto reconhecimento das formas de avaliação daquilo que aparece à experiência, Peirce concebe a presença do fenômeno sob três categorias: a primeiridade, que abarca noções como qualidade,

⁵ No interior do diagrama das disciplinas de Peirce, a Fenomenologia estuda os fenômenos em seu nível de primeiridade, as Ciências Normativas, de secundidade, e a Metafísica, de terceridade. Todas possuem ramificação internas e interdependentes, sendo que na subdivisão desta última, a Ontologia aparece abarcando seu objeto em um nível de primeiridade.

originalidade, espontaneidade e acaso; a secundidade, que contém noções como relação, singularidade, alteridade e existência; e a terceridade, onde habitam noções como mediação, generalidade, regularidade e lei.

Buscando mostrar porque suas categorias fenomenológicas são destituídas de axiomas e bases dogmáticas, Peirce argumenta que elas são suscetíveis à observação comum de qualquer sujeito. Para isto ele propõe que em cada categoria seja concebida a presença de habilidades aliadas à experiência, assim, conforme as colocações de Ibri (1992:6): “As três faculdades requeridas podem, assim, ser resumidas como *ver*, *atentar para* e *generalizar*, despidendo a observação de recursos especiais de cunho mediativo.”

A noção destas faculdades, ou habilidades presentes na experiência, permite pensarmos a amplitude de relações abarcadas pelas categorias fenomenológicas na medida em que uma instância de experiência, então tratada como sujeito, pode ‘ver’ qualidades sem qualquer oposição, ‘atentar para’ relações entre diferenças, e ‘generalizar’ regularidades e continuidades da experiência no tempo.

Os três modos de ser e de aparecer fazem referência às categorias peirceanas de Primeiridade, ou qualidade que incide como unidade, na interioridade, e como diversidade, na exterioridade; a Secundidade, ou reação enquanto fatos passados na interioridade, e não-eu, na exterioridade; a Terceridade, ou ordem que é permanência, na interioridade, e regularidade na exterioridade. (Jorge: *ibidem*: 46)

Conforme nos coloca Jorge, ao problematizar a relação entre ser (ontologia) e aparecer (fenomenologia), ou entre interioridade/exterioridade imanente ao fenômeno e ao signo, Peirce propõe que a qualidade seria unidade, isto é, uma originalidade primeira enquanto interioridade, ao mesmo tempo em que se faria diversidade, ou possibilidade, pelo lado da exterioridade. Já a relação seria o confronto com um segundo reagente na memória de fatos passados na interioridade, e a singularidade existente como alteridade na exterioridade. Por sua vez, a organização seria a fixação de permanência pela interioridade e de regularidade e necessidade pela exterioridade

No que tange à constituição ontológica do fenômeno e do signo, Peirce propõe que estes sejam concebidos em domínios ontológicos tidos como (CP. 1.424; 1.477): monádico, no qual temos a veiculação de uma unicidade simples, independente de qualquer apreciação; diádico, no qual há a singularidade componente da alteridade pela qual dois pólos de força confrontam suas existências; e triádico, onde habitam a generalidade e a regularidade possibilitadas pela mediação. (CP.7.528)

Levantamos a questão da tríade ontológica peirceana no sentido de compreendermos sua consistência e correlação com as categorias fenomenológicas. Portanto, a problemática metafísica do entrelaçamento entre aparência e realidade, interioridade exterioridade do fenômeno e do signo não será aqui mais bem desenvolvida.⁶ Agora vale termos claro que o que Peirce desenvolve em sua Fenomenologia envolve o reconhecimento da presença de qualidades, relações e mediações na constituição dos signos para e na experiência.

2. Semiose e cognição na experiência mental

Um *Signo*, ou *Representamen* é um Primeiro que se põe numa relação triádica genuína tal para com um Segundo, chamado seu *Objeto*, de modo a ser capaz de determinar um Terceiro, chamado seu *Interpretante*, que se coloque em relação ao Objeto na mesma relação triádica em que ele próprio está, com relação a este mesmo Objeto. A relação triádica é *genuína*, isto é seus três elementos estão por ela relacionados de maneira tal que não consiste em qualquer complexo de relações diádicas. (CP. 2.274)

Como vemos com as idéias de Peirce acima expostas, em correlação com as categorias fenomenológicas, as categorias semióticas constitutivas do signo são concebidas, respectivamente, como o *representamen*, o objeto e o interpretante. Ocorre que a ação do signo, ou semiose, se faz na

⁶ A exploração das vinculações entre ontologia, fenomenologia e semiótica exige a compreensão dos papéis desempenhados pelo acaso, pela existência e pela lei enquanto realidades ativas no cosmos, o que passa a ser tema de outro trabalho. Para o aprofundamento da compreensão destas ver os trabalhos de Ibri (1992; 1994) e Silveira (2001)

interdependência da integralidade triádica de seus elementos constituintes. Assim, a semiose é ativada totalmente (de forma genuína) ao realizar esta tríade, e parcialmente (de forma degenerada) ao não realizar, conforme as pragmáticas pelas quais ela seja atualizada na experiência. (CP. 1.473; CP.2.92).

Em razão de inicialmente aproximar a concepção de *representamen* à de signo, Peirce reavalia sua perspectivas ao afirmar que ele atua como o fundamento do signo, ou seja, aquilo que contém as qualidades do signo (CP. 1.541). “Quando se deseja distinguir entre aquilo que representa e o ato ou relação de representar, podemos dar ao primeiro o nome de *representamen* e ao último de representação”. (CP: 2.273)

Ao diferenciar aquilo que contém qualidades do signo e aquilo que as põe em relação, Peirce aponta para o papel da representação na constituição das categorias semióticas, propondo que ela seria a relação de apresentação de algo qualitativamente distinto daquilo que o traz à tona para algum interpretante. Com certa frequência nas definições do autor temos a idéia da representação como a atividade de: “Estar no lugar de, ou seja, estar em relação tal com outro que, para certos propósitos, alguma mente o tratará como se fosse aquele outro.” (CP.2.273).

Considerada a dimensão de singularidade componente da alteridade, sem qualquer identidade *a priori* entre presença e representação, esta seria uma interação entre signos que abarcam diferentes presenças fenomenológicas. No decorrer de suas pesquisas Peirce irá substituir o termo representação em razão do histórico de sua carga semântica ser vinculado a uma perspectiva dualista (sujeito-objeto) e antropocêntrica (o homem como medida fundamental), preferindo a noção de mediação para significar esta articulação triádica entre diferentes presenças fenomenológicas. (CP. 1.530; CP. 2.86)

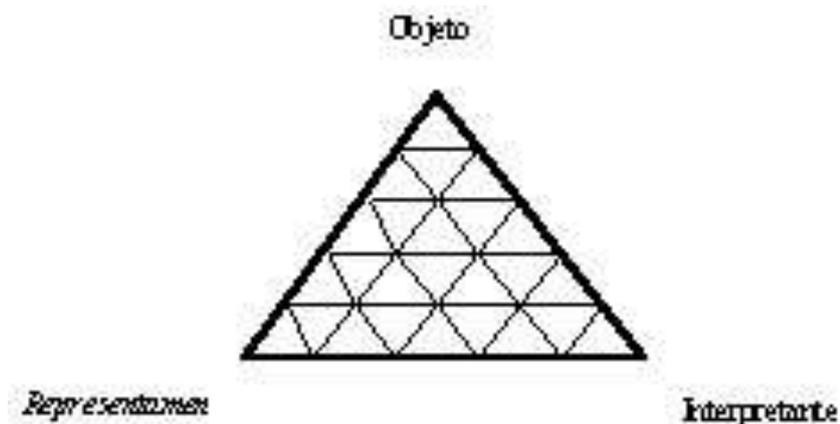


Figura 2 A figura 2 busca representar as aberturas e extensões de representamen, objeto e interpretante na constituição do signo. A figura é apresentada por Pires. Disponível em: (www.unopar.br/.../artigos/3charles/3charles.html). <Acessado em: 9/02/2009>.

Como podemos pensar com a figura acima⁷, a tríade semiótica tem a extensão de suas ligações constituídas de modo polivalente. Isto significa que as instâncias semióticas não se relacionam de forma absoluta na constituição de semioses, ou seja, é possível que aquilo que atue como objeto para uma semiose possa atuar como interpretante para outra, que possa atuar como *representamen* para outra e assim infinitamente, em um contínuo processo de diversificação e crescimento dos signos.

Enquanto metáfora diagramática desta diversificação das semioses, a imagem acima pode nos trazer a idéia de que as ligações semióticas não se encerram em um ponto estático (o triângulo maior), mas sim que são compostas em redes dinâmicas e expansíveis conforme a organização de suas singularidades (os triângulos menores). Portanto, a idéia é que a partir deste diagrama possamos imaginar outras formas (no caso geométrico, não triangulares) derivadas das misturas entre semioses.

(...) semiótica, a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos. Descrevendo a doutrina como ‘quase-necessária’, ou formal, quero dizer que observamos os caracteres de tais signos e, a partir desta observação, por um processo a que não

⁷ Na classificação dos signos desenvolvida pela semiótica peirceana a complexidade deste signo o torna tanto uma imagem, pela natureza original de suas qualidades, quanto um diagrama, já que busca expressar relações entre singularidades, e uma metáfora, na medida em que contém uma analogia com o que se concebe ocorrer na semiose.

objetarei denominar Abstração, somos levados a afirmações, eminentemente falíveis e, por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência científica isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência. (CP. 3. 227)

Para Peirce, a semiótica é quase-necessária no sentido em que ela faz afirmações eminentemente falíveis e, portanto, não necessárias com relação às particularidades de todos os signos desenvolvidos por inteligências científicas. Em sua concepção, o pensamento é concebido como uma rede semiótica instituída junto à imanência de fenômenos experimentados por uma inteligência 'científica', ou seja, uma inteligência capaz de aprender através da experiência. Com efeito, o direcionamento da semiose para a criação de inteligência não seria um propósito final de sua existência, não sendo uma necessidade, mas uma quase-necessidade apta a potencializar a criação de originais signos e interpretantes para a experiência.

Neste sentido, enquanto manifestações de pensamento e inteligência, os interpretantes estão em um processo evolutivo infinito (CP. 6.21) em que diferentes intérpretes – ou instanciações orgânicas do signo – gerados pela regularidade do hábito permanecem provisoriamente no tempo. Assim, dinâmicas de geração de sentido seriam construídas nas atividades de organismos interpretantes ao transitarem suas experiências em meio a diferentes diálogos semióticos. Conforme Silveira (2001:81):

A inseparabilidade do signo e de seus interpretantes implica que toda semiose se elabore em rede e, que conseqüentemente se constitua em um sistema aberto. Se a semiose se perfizesse na mera relação diádica entre signans e signatum, sua tendência seria assumir uma forma fechada caracterizada pela recursividade de seus elementos.

Com base na argumentação de Silveira podemos compreender que o signo é inseparável de todos os seus possíveis interpretantes, já que esta polarização tornaria a semiose uma forma fechada em sua própria recursividade diádica entre fundamento-objeto. Com efeito, a semiose seria

elaborada em rede, como um sistema aberto a múltiplas conexões e interpenetrações de signo e interpretante, sendo uma espécie de processo cognitivo não recursivo e auto-referente, mas sim aberto a confrontos e interações com qualidades, diferenças e regularidades da experiência.

Retomando o argumento de que em filosofia a experiência é o inteiro resultado cognitivo do viver, Peirce concebe que em semiótica, a experiência é pensamento em atividade. Neste sentido, o crescimento dos signos passa pela gênese e constituição de interpretantes, que expressam o pensamento enquanto atividade cognitiva de um organismo capaz de desenvolver habilidades de generalização. (CP. 1.82)

(...) aquele elemento de cognição que não é nem sentimento nem sentido de polaridade é a consciência de um processo, e isto na forma de um sentido de aprendizagem, de aquisição, de crescimento mental, é eminentemente característico da cognição. Este é um tipo de consciência que não pode ser imediato uma vez que ele demanda um tempo, e isto não meramente porque ele continua através de todo instante daquele tempo, mas porque ele não pode ser reduzido a um instante. (CP. 1. 381)

A argumentação de Peirce propõe que diferente de sentimento (qualidade), ou sentido (relação) de polaridade, a consciência de um processo (mediação) é característica fundamental da cognição. Isto na medida em que, sob o registro da terceridade, a cognição é um tipo de consciência que demanda um tempo na experiência, não podendo ser reduzida a um dado instante daquele tempo.

Ao permanecer a insistência de uma reação através do tempo, esta passa a se transformar em uma regularidade no tempo, de modo que o hábito da generalização instaurado pela cognição, em certa medida transforma a percepção e afecção do fenômeno na inteligibilidade da mediação do signo. Assim: “O reconhecimento da insistência de uma experiência requer um intelecto comparador que medeie a imediatidade de cada uma das ocorrências desta experiência.” (Ibri: 1992:29, 30)

Como semioses recorrentes na terceridade, podemos dizer que a cognição e a inteligência seriam habilidades de um organismo em enfrentar o crescimento da complexidade semiótica de instanciação de fundamentos, objetos e interpretantes do signo. Em outras palavras, para Peirce a cognição é um hábito no qual um organismo experimenta uma qualidade como primeiro (fundamento), uma reação a sua existência como segundo (objeto) e uma medição destas em um evento no mundo como um terceiro (interpretante) sempre falível como significado em experimentação.

Em síntese, com este trabalho indicamos a classificação peirceana das ciências no intuito de entender porque nesta relação interdisciplinar a Fenomenologia constitui um primordial ramo da Filosofia. Apresentamos a concepção de categoria no universo da fenomenologia peirceana como forma de valoração das características presentes nos fenômenos, passando a indicar o papel da tríade ontológica na constituição fenomenológica de qualidades, relações e mediações para a experiência. Reconhecemos como as instâncias semióticas podem estar relacionadas na constituição da semiose, abordando o estatuto semiótico da representação e do signo em suas manifestações na experiência como sujeito do pensamento. Então, considerando que Peirce constrói uma nova leitura para a significação do pensamento, da representação e da interpretação, vimos como sua semiótica concebe o papel da cognição e da inteligência nas dinâmicas de expansão e crescimento dos signos para a experiência mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

IBRI, I. A. *Kósmos Noetós* - a arquitetura metafísica de C. S. Peirce. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Kósmos Poietikós* - criação e descoberta na filosofia de C. S. Peirce. São Paulo: Edusp, 1994. Tese de doutorado JORGE, A. G. *Topologia da ação mental*: introdução à teoria da mente. São Paulo: Annablume, 2006.

PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho, São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *Collected papers*. v. 1-6 editado por C. Hartshorne & Paul Weiss; v 7-8 editado por A. W. Burks. Cambridge, Mass; Harvard University Press, 1933- 1978.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos: semiose e autogeração*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Matrizes da linguagem e pensamento – sonora visual verbal*. São Paulo: Iluminuras, 2005a.

SILVEIRA, L. *Semiose: diálogos e linguagem*. São Paulo: Revista Galaxia, 2001. (pp. 75-109)

_____. *Acaso, existência e lei num universo em evolução*. São Paulo: Revista Cognitio, 2000. (pp. 127-137)

_____. “Origen do cosmo e auto-organização na obra de C. S. Peirce” In: D’OTTAVIANO, I.; GONZALEZ, M. (orgs.) Campinas, Unicamp, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000a (pp.325-336)